

Nas fronteiras dos museus: acervos etnográficos e processos colaborativos com povos indígenas no Brasil

At the borders of museums: ethnographic collections and collaborative processes with indigenous peoples in Brazil

Adriana Russi

Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
adri.russitm@gmail.com

1

Resumo: Nas últimas décadas, museus etnográficos ocidentais foram criticados por seus acervos, discursos e práticas coloniais. Pressionados a mudar sua relação e comunicação com a sociedade, muitos se lançaram em experiências decoloniais, visando processos museológicos mais dialógicos, especialmente com as comunidades associadas às suas coleções, como os povos indígenas. Este artigo delinea elementos conceituais sobre essa temática, apresentando alguns resultados de uma pesquisa de pós-doutorado que analisou oito museus no Brasil. Com foco em práticas colaborativas com povos indígenas, a investigação evidenciou o que Berta Ribeiro e Lucia van Velthem anunciavam desde os anos de 1990: que tais processos ultrapassam os limites das próprias coleções, transbordando as fronteiras dos museus. Talvez seja possível afirmar que se por um lado esses casos se norteiam por princípios da descolonização, por outro, revelam diferentes configurações de mediação cultural com os indígenas. No horizonte aponta-se para o desafio de tornar essas práticas políticas institucionais.

Palavras-chave: Coleção etnográfica. Povos indígenas. Brasil. Processo museológico. Descolonização museal.

Abstract: In recent decades, Western ethnographic museums have been criticized for their colonial collections, discourses and practices. Pressured to change their relationship and communication with society, many did decolonial experiences, aiming at more dialogical museological processes, especially with the communities associated with their collections, such as indigenous peoples. This article outlines conceptual elements on this theme, presenting some results of a postdoctoral research that analyzed eight museums in Brazil. Focusing on collaborative practices with indigenous peoples, the investigation highlighted what Berta Ribeiro and Lucia van Velthem had been announcing since the 1990s: that such processes go beyond the limits of the collections themselves, overflowing the borders of museums. Perhaps it is possible to say that if, on the one hand, these cases are guided by the principles of decolonization, on the other hand, they reveal different configurations of cultural mediation with the indigenous people. On the horizon, the challenge of making these political practices institutional is pointed out.

Key words: Ethnographic collection. Indigenous peoples. Brazil. Museum process. Museum decolonization.

Recebido em 07 de março de 2022.

Aceito em 14 de junho de 2022.

Introdução

Atreladas a contextos e temporalidades diversas, a oportunidades, ou até mesmo ao acaso, muitas coleções etnográficas que hoje estão preservadas em museus ou em outras instituições ocidentais foram formadas em circunstâncias e momentos variados, tendo sido coletadas ora por viajantes, missionários, comerciantes, militares, ora por profissionais e pesquisadores treinados para tanto, como antropólogos(as), entre outros.

Exemplo da amplitude temporal, da variedade de grupos étnicos e da dispersão geográfica onde se encontram as coleções etnográficas brasileiras, a importante compilação de dados que Sonia F. Dorta (1992) apresenta no texto “Coleções etnográficas: 1650-1955” nos dá pistas da intrincada situação quando o tema são coleções etnográficas e povos indígenas. A breve síntese deste trabalho se justifica exatamente na medida em que auxilia a entender tamanha complexidade.

Nesse levantamento, Dorta (1992) identificou 191 coleções etnográficas brasileiras associadas a mais de 300 povos indígenas, preservadas em 70 instituições brasileiras, estrangeiras ocidentais (na América do Norte: Canadá e Estados Unidos; na América do Sul: Argentina, Brasil e Peru; e na Europa: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Vaticano) e no Museu de Antropologia e Etnografia em São Petersburgo, na Rússia.

Dorta (1992) identificou que as coleções etnográficas brasileiras mais antigas¹, com artefatos dos povos indígenas Jê, Tupi e Tupinambá², são do século XVII e remetem aos anos de

1 - É possível que desde a publicação do texto de Dorta (1992) outras coleções ainda mais antigas possam ter sido localizadas, mas até aqui não temos notícias disso.

2 - Neste artigo, manteve-se a grafia dos grupos étnicos como constam em Dorta (1992).

1652 e 1683, preservadas na cidade de Dresden (Alemanha) no Staatlichen Museum für Völkerkunde. No Brasil, as coleções mais antigas seriam as do século XIX, com artefatos dos povos indígenas Juruna (?)³ e Tapayúna, que entraram entre os anos de 1896-97 no Museu Paraense Emílio Goeldi, localizado na cidade de Belém-PA.

Embora o texto de Sonia Dorta date de 1992, a autora estabeleceu um corte temporal arbitrário, registrando coleções que entraram em instituições até o ano de 1955. As coleções registradas naquele ano entraram em museus brasileiros, como o Museu do Índio, no Rio de Janeiro (artefatos de povos como os Tchêreu, os Aweti, Índios do Xingu, Kayabi, Jurúna, Kalapalo, Kamayurá, Karapé (?), Kuikuro, Mehinako, Trumai, Txukarramãe, Bororo, os Guarani – Nandeva e Kaiová – e os Terena), o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (artefatos de povos como os Khahó e os Tukuna) e na Suíça, no Museum für Völkskunde, na cidade de Basileia (artefatos dos Chavante, Kalapálo, Kamayurá, Mehinaku, Wuara e os Yawalapiti). Desde então e até hoje, acervos etnográficos continuam a ser formados e a dispersão de informações a esse respeito se mostra hoje um problema.

A despeito da antiguidade das coleções etnográficas desses povos indígenas, da diversidade étnica e da crescente ampliação dessas coleções no Brasil, o propósito deste artigo é relatar um estudo em torno do que se tem feito com essas coleções no país. E mais: compreender como tais povos têm participado dos processos museológicos na contemporaneidade. Assim, a problemática que se coloca neste artigo se dá em torno das “fronteiras dos museus” a partir da análise de práticas de mediação cultural⁴ com povos indígenas que visam descolonizar os museus, suas coleções e

3 - Aqui mantivemos a marcação de Dorta (1992) – ponto de interrogação junto ao nome de alguns povos indígenas, talvez sinalizando dúvidas em relação às coleções relacionadas a esses grupos étnicos.

4 - O termo aqui é usado a partir das noções descritas por Desvallées e Mairesse (2013, p. 54) em seu “caráter hermenêutico das experiências de visitas a museus”, associado à ideia de Perrotti (2016, p. 13), de uma “formulação teórica e metodológica inscrita, [...] num quadro que reconhece os conflitos, ao mesmo tempo em que a necessidade de estabelecimento de elos que viabilizem diálogos necessários à geração de ordens culturais mais democráticas e plurais.” Trata-se, como afirmam Perrotti e Pieruccini (2014), de uma categoria que não apenas viabiliza, mas produz sentidos.

seus processos museológicos. O recorte geográfico situa-se nas coleções indígenas em museus no Brasil a partir de oito casos sobre os quais falaremos mais à frente.

Refletir sobre a complexa e diversificada relação entre povos indígenas, acervos etnográficos e museus tem sido, há muito tempo, uma tarefa que ocupa antropólogos(as), museólogos(as) entre outros(as) pesquisadores(as). Mais recentemente, o protagonismo indígena vem tornando essa tarefa mais interessante e desafiadora. A descrição de casos, a análise e a problematização desse fenômeno, que observamos há algumas décadas, foram registradas no Brasil por autores(as), como Velthem (2003, 2012) Velthem, Kukawka e Joanny (2017), Abreu (2005), Grupioni (2008), Lima Filho e Athias (2016), Cury (2016a, 2016b, 2021), Françaço e Broekhoven (2017), Russi e Abreu (2019), Duarte Cândido e Rocha (2021) e muitos outros.

No caso dos povos indígenas que ocupam os territórios dos EUA e Canadá, a partir de fins dos anos de 1980, alguns antropólogos provocaram uma mudança nos processos museais ao incluí-los como sujeitos desses processos em diferentes ocasiões. Aqui relembramos as seminais experiências e relatos de Michael Ames e James Clifford. O primeiro no Canadá no MOA (Museu de Antropologia da Universidade da Columbia Britânica, em Vancouver) e o segundo nos Estados Unidos da América no Museu de Arte de Portland (Oregon), “revisitaram” as coleções destas instituições com os povos indígenas. Ames (1990) e Clifford (1997) vivenciaram experiências com grupos indígenas que problematizavam a estrutura de poder desses museus e seus textos revelam aspectos da intrincada rede de relações entre indígenas, coleções etnográficas e museus.

As mudanças no universo dos museus ocidentais, que começaram a partir da metade do século XX e se prolongam até

nossos dias, dizem respeito entre, outros aspectos, à ética e ao lugar do museu na sociedade (MAIRESSE, 2021).

Entender o protagonismo indígena e compreender os desafios da descolonização de acervos indígenas – pauta de inúmeros eventos na atualidade – exige compromisso com os povos indígenas e respeito às suas formas de pensar/existir. É com esse compromisso e com respeito e gratidão aos indígenas e aos(as) meus(minhas) mestres(as)⁵ e colegas que idealizei este texto.

A intensão deste artigo não é de estruturar um “estado da arte” sobre essa temática, o que contemporaneamente tem se mostrado tarefa quase impossível, tamanho é o volume e a frequência das publicações. Este texto se propõe modesto pois versa sobre ações museais colaborativas com povos indígenas no Brasil, cuja reflexão tem como ponto de partida uma pesquisa de pós-doutorado.

Para tanto, o texto foi estruturado em duas partes: a primeira delinea um breve panorama conceitual em torno do debate contemporâneo da descolonização dos museus com a participação dos povos indígenas. A segunda parte apresenta alguns dados oriundos da pesquisa de pós-doutorado em Museologia sobre as relações entre museus com acervos etnográficos no Brasil e povos indígenas. Nesta parte, trago algumas reflexões sobre as fronteiras dos museus e os processos museológicos com indígenas a partir da interlocução com colegas em inúmeras circunstâncias⁶.

5 - Ao povo Katxuyana, especialmente aos meus interlocutores Mauro Makaho Katxuyana, Juventino P. Junior, João do Vale e ao falecido Manuel Gertrudes. À Prof^a. Dr^a. Marília Xavier Cury, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pela supervisão durante meu pós-doutoramento na instituição e pelo diálogo que temos até hoje. À Dr^a. Lucia van Velthem, que inspira, anima e baliza minhas reflexões e ações na jornada investigativa dos museus etnográficos. À Prof^a. Dr^a. Regina Abreu, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social pela parceria. Minha gratidão ainda à querida Sonia F. Dorta que me levou para a Antropologia e para o mundo dos museus etnográficos.

6 - Registro aqui, além das pessoas já citadas na nota anterior: Manuel Lima Filho (UFG), Renato Athias (UFPE), Priscila Faulhaber (MAST) e os(as) colegas que integram o grupo de pesquisadores voluntários da iniciativa do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Dos conceitos e princípios em torno da temática “coleções etnográficas e participação indígena”

Nos últimos anos, acompanhamos uma discussão internacional sobre a reformulação do conceito de museu, em cujo processo o Brasil ocupa importante liderança, sob os auspícios e a coordenação do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil) e de profissionais, como o museólogo, historiador e antropólogo Bruno Brulon (UNIRIO/ICOFOM). O debate no âmbito brasileiro resultou de uma articulação nacional, que congregou contribuições de instituições, de inúmeros pesquisadores, profissionais de museus e de estudantes que se debruçaram ao longo de meses para repensar o conceito de museu. De forma muito simplificada, o que tem se discutido são os sentidos e significados dos museus no mundo contemporâneo, globalizado, ambientalmente ameaçado, profundamente desigual, onde as formas de comunicação e de relações entre pessoas e instituições foram profundamente afetadas pela internet, pelas redes sociais e, nos últimos dois anos, pela pandemia de Covid-19.

A busca por uma nova definição de museus revela a preocupação por delinear um conceito capaz de incorporar mudanças teórico-epistemológicas ocorridas nas Humanidades, como aquelas nas Ciências Sociais, na Antropologia, na Museologia e na Comunicação, entre outras áreas. Olhando para o universo que nos interessa neste artigo – museus com coleções etnográficas no Brasil e suas ações com povos indígenas – seria possível afirmar que há pelo menos três décadas, ou talvez um pouco mais, tais mudanças têm provocado um repensar sobre os fazeres e as relações entre museus antropológicos/ museus com coleções etnográficas e os povos a elas associados.

Explorar todo esse universo, bem como as mudanças propostas, não é a pretensão deste texto. Parece oportuno, porém, registrar alguns acontecimentos, ainda que brevemente.

O contexto de maio de 68 suscitou experiências museológicas, como as da França, propostas por Marcel Évrard, Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, que se configuraram na museologia experimental dos ecomuseus (BRULON, 2015). Por sua vez, no contexto latino-americano dos anos 1970, Alves e Reis (2013, p.113) relatam as contribuições do educador Paulo Freire de “conscientização” da transformação do homem-objeto em homem-sujeito”. Naquele momento de mudanças, as reverberações dos ecomuseus provocaram reflexões que problematizavam a relação do museu com a sociedade, evidenciando sua função social e educativa. Foi nesse contexto que emergiu a noção de “museu integral”, que veio à tona durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972⁷.

Posteriormente, em 1984, em encontro no Quebec (Canadá), foram retomados princípios do “museu integral”, formulado durante a Mesa de Santiago. A tomada de consciência de que os museus devem estar atentos aos problemas sociais e suas possíveis soluções contribuíram para que museólogos delineassem o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM)⁸, ancorado por ideias como “processos” e “diálogo”. Um dos propósitos desse movimento, que congrega múltiplas e diferentes iniciativas, é usar o patrimônio cultural para o desenvolvimento local. Naquele momento, entre as principais mudanças, destacam-se as transformações nas relações entre o museu e “os outros”.

Na Antropologia, acompanhamos também uma autorreflexão crítica do fazer e do poder do discurso antropológico, a qual também ecoou nas práticas dos museus com coleções etnográficas.

7 - O emblemático evento, promovido pela Unesco ocorreu entre 20 a 31 de maio de 1972, na capital chilena, e tinha como título original “Mesa redonda sobre la importa y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo”. Sob a presidência de Hugues de Varine à frente do ICOM, naquela ocasião, o evento tomou como ponto de partida os problemas fundamentais da América Latina e os debates giraram em torno de como os museus poderiam propor soluções para alguns deles. Os efeitos e repercussões desse evento são sentidos no mundo dos museus até hoje. Sobre o evento ver, entre outras, a publicação organizada pelo IBRAM em 2012 (NASCIMENTO JUNIOR; TRAMPE; SANTOS, 2012).

8 - Sobre o MINOM ver Desvallées e Mairesse (2013) ou Duarte (2013). Pedro Leite (2011) sistematiza uma breve trajetória desse movimento. No site do MINOM é possível encontrar outros documentos e artigos. Disponível em: <http://www.minom-portugal.org/ident.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.

O museólogo belga François Mairesse (2021) reconhece que muitas mudanças ocorridas no universo dos museus estão relacionadas aos sistemas de valores de sua época e influenciam normas e conduta. Entre os princípios da descolonização museal estão: a repatriação de objetos adquiridos ilicitamente, a transformação de expografias coloniais e o desenvolvimento de processos colaborativos para a elaboração de discursos pós-coloniais. Embora a museologia seja bastante normativa, Mairesse identifica que reorientações éticas provocaram mudanças no próprio funcionamento dos museus e orientam a aquisição/coleta, documentação, extroversão das coleções, relações com o público, entre outras práticas que ocorrem na “cadeia operatória museológica” (BRUNO, 2008).

No caso dos museus de antropologia, mas não apenas nestes, por muito tempo, a ética e as normas que dela decorriam pautaram um trabalho concebido a partir de uma única visão de mundo: ocidental, colonial e eurocentrada. Desde os anos de 1990, essa visão tem sido problematizada pelas perspectivas decoloniais. Como escreveu Luciana Ballestrin (2013, p. 90), o “giro decolonial”, foco do pensamento do Grupo Modernidade/ Colonialidade, “sugere que a identificação e a superação da colonialidade do poder, do saber e do ser apresenta-se como um problema desafiador.” O que a autora circunscreve à ciência e teoria política tem sido enfrentado também no universo dos museus.

Desde então, um esforço por decolonizar os museus, suas coleções e a forma como essas instituições se relacionam com a comunidade vem ganhando força. A noção “museu como zona de contato”, cunhada por James Clifford (1997), nomeia processos em que a instituição museal é entendida como lócus de relações – de encontros e disputas assimétricas entre diferentes sujeitos. Por um lado, os profissionais do museu – “aqueles que

têm poder” – por outro, diferentes públicos, como visitantes em geral, a “comunidade” do entorno do museu, artistas, povos “representados” ou associados às coleções, etc. – “aqueles que não têm poder”. Museus, comunidades e seus patrimônios culturais (musealizados ou não) se configuram numa tríade relacional pautada por ideias, valores, sentimentos, afetos e objetivos diferentes, divergentes e, às vezes, controversos. Essa relação é atravessada por questões econômicas, políticas, sociais, éticas, estéticas, etc.

A noção dos museus como “zonas de contato” foi elaborada Clifford, a partir da reflexão de Mary Louise Pratt (1999), em sua obra “Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação”. No seminal “Museus como zona de contato”, originalmente publicado em inglês, como capítulo do livro *“Routes: travel and translation in the late twentieth”*, de 1997, Clifford (2016) analisa a forma como um museu nos Estados Unidos da América, que salvaguarda artefatos oriundos de povos nativos norte-americanos que vivem naquele país, repensa sua exposição. O relato do antropólogo se refere a uma experiência que vivenciou anos antes, em 1991, no Museu de Arte de Portland (Oregon, EUA), num encontro/diálogo com representantes do povo Tlingit, quando o então diretor do Instituto de Arte de Portland, Dan Monroe, propôs a reinstalação da coleção Rasmussen no museu de Arte Indígena da Costa Noroeste. A busca por tornar o museu lócus de uma “relação atual, política e moral”, nos termos de Clifford, balizou outras experiências como essa.

Sobre o contexto brasileiro dos anos de 1990, por exemplo, Berta Ribeiro (1994) apontou uma lista de problemas relacionados ao estudo da cultura material e às coleções etnográficas em museus no país, que ocorriam também noutras localidades, como nos EUA. Entre as questões levantadas no texto, Ribeiro critica a ausência de políticas de aquisição dos artefatos e de pesquisas arquivísticas no Brasil, além da falta de verbas financeiras para

viabilizar pesquisas de campo, o que inviabilizava que um acervo fosse “usado como produtor e difusor de conhecimento” (RIBEIRO, 1994, p. 193). A autora aponta que as coleções etnográficas em museus eram mal documentadas e pouco estudadas.

Conforme a antropóloga, as coleções etnográficas se revestiam de valor inestimável e eram apreendidas pelos povos indígenas contemporâneos de distintas formas, sendo importantes:

[...] não apenas para aqueles que as apreciam e estudam, mas sobretudo para os seus próprios criadores e herdeiros. Cientes disso, grupos indígenas começam a organizar seus próprios museus, na forma de “casas de cultura”, reconstruir antigas malocas, à maneira de museus tanto no Brasil [...] quanto no Canadá [...] e certamente em outras partes. Nesse contexto, antigas coleções adquirem valor inestimável, tanto estético e simbólico, quanto econômico e de auto-representação de etnias [...]. (RIBEIRO, 1994, p. 197).

Ainda sobre os problemas em torno das coleções no Brasil, a crítica da antropóloga assume caráter de denúncia, ao afirmar que esse patrimônio não era acessível aos próprios indígenas, anunciando nos anos de 1990 uma questão que permanece atual. Como revelam Ribeiro e Velthem (1992, p. 108), naquele momento, começava a se delinear um interesse da antropologia por “questões ligadas ao simbolismo e à semiologia”, reavivando os estudos da cultura material. Ainda segundo as autoras, esse movimento deveria se dar pela articulação entre profissionais que trabalham com coleções etnográficas e outros pesquisadores. Mais recentemente, do reflorescer do interesse pela cultura material e pelas coleções etnográficas, vimos emergir diferentes trabalhos acadêmicos (FRANÇA, 2018; MACHADO, 2009; THOMPSON, 2014; entre outros).

No Brasil, o acesso dos povos indígenas às coleções com artefatos produzidos por seus “ancestrais” também parece estar mudando, embora muito ainda há que ser feito para garantir o pleno acesso e a participação ativa desses povos nos processos museológicos. Já no início dos anos de 1990, Ribeiro e Velthem (1992, p. 108) exaltavam a importância do “intercâmbio entre museus etnográficos e sociedades indígenas” a partir do reconhecimento dos saberes dos indígenas nesses processos. Para tanto, as autoras assim orientavam:

Um dos passos a serem dados consiste em considerar os representantes indígenas enquanto especialistas, habilitados a realizar, no âmbito dos museus, trabalhos de identificação, montagem e restauração de artefatos, bem como a recontextualizar e resgatar, para seu uso, material diversificado. (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 108).

Desde então, analisando diferentes processos de intercâmbio entre museus e povos indígenas no contexto brasileiro, percebemos múltiplos pensamentos e movimentos que contribuíram para essas mudanças. De forma bastante sumária, é possível identificar nas problematizações e nos debates decoloniais de autores, como Aníbal Quijano (2010), Walter D Mignolo (2017), Boaventura Santos (2010) reverberações também no universo museal. É inegável reconhecer, ainda, a força das demandas dos movimentos sociais que ecoaram no mundo dos museus, sobretudo a partir dos anos de 1980, quando ocorreu uma forte mobilização de diferentes grupos para garantir seus direitos – negros, feministas, indígenas e outros. Naquele momento, os povos indígenas no Brasil formaram organizações não governamentais que os fortaleceram, num movimento de empoderamento, falando por si, exigindo seus direitos, seus territórios e criticando o cenário político⁹. Mais

9 - Lamentavelmente, acompanhamos um retrocesso desde o início do atual governo federal (2019- 2022) em torno da política de defesa dos povos indígenas e de seus territórios. Agentes públicos, indigenistas e ambientalistas, além dos próprios indígenas tem sofrido com a negligência, as ameaças e perseguições. Durante a pandemia da COVID-19 o descaso do poder público provocou inúmeras mortes entre os indígenas no país. Há que se registrar ainda o incentivo e o apoio do governo federal a ocupações de mineradores ilegais levando doenças, mortes e destruição ambiental em áreas indígenas. O enfraquecimento de

recentemente, paulatinamente, os indígenas estão ocupando espaços também nas universidades, problematizando questões e criticando pesquisas equivocadas.

Inúmeros desses processos, no âmbito dos museus com coleções etnográficas, por exemplo, constituem-se como relações interculturais que se modelam por ações e debates mais simétricos. Algumas das experiências pesquisadas, construídas a partir de relações dialógicas, hoje são ações consolidadas que perduram ao longo de mais de uma década¹⁰. Assim, a “indigenização” dos museus (ROCA, 2015), aquilo que aprendemos com os indígenas nos museus e outras formas de configuração dessas relações e de compartilhamento de poder e saber entre povos indígenas e museus são descritos por muitos pesquisadores.

Trabalhos como os já citados anteriormente, bem como os de López Garcés *et al.* (2017), Oliveira e Santos (2019), Mura (2019), Porto e Lima Filho (2019), Athias (2019), Duarte Cândido e Rocha (2021), entre outros apontam o protagonismo indígena, os acertos e desafios de iniciativas dialógicas com povos indígenas e coleções.

Em outra perspectiva, publicações versam sobre museus indígenas no Brasil. Desde os anos de 1990, como revela Bessa Freire (2009), os índios “descobriram” os museus como ferramenta política de defesa de direitos e de valorização étnica e que se caracterizam como “museologias afirmativas” (SANTOS, 2020).

Partindo de diferentes estudos e autores, Leilane Lima (2021, p. 2060) afirma que os museus indígenas são espaços de múltiplos sentidos, pois:

[...] foram e ainda são concebidos pelos indígenas como espaços de lutas, de visibilidades, de reafirmações étnicas, potentes no papel educativo e mobilizador e importantes nos

órgãos governamentais como a FUNAI e o IBAMA também ameaçam os povos indígenas e seus territórios.

10 - Como as que se desenvolvem no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre (Tupã-SP), no Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém-PA), no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (Goiânia-GO), no Museu do Índio - para citar apenas alguns casos.

exercícios de organizar e comunicar memórias e de revigorar e fortalecer identidades culturais.

Alexandre Gomes (2019), por sua vez, emprega termos, como: “etnomuseografia”, “ação museológica indígena” e “apropriação e tradução” para analisar os museus indígenas. Recentemente as publicações passaram a incluir as contribuições dos próprios indígenas como autores e coautores dos textos, como ocorre na recém-coletânea “Museus etnográficos e indígenas”, organizada por Cury (2020), que inclui mais de 30 autores indígenas, além de uma dezena de autores não indígenas.

Esse contexto de mudanças nos processos museológicos envolvendo indígenas nos levou a estudar e compreender algumas dessas práticas que se desenvolvem em museus com acervos etnográficos, e a perceber que, a despeito de suas diferenças e singularidades, é possível pensar em algumas similaridades.

14

Da pesquisa: empiria e reflexão

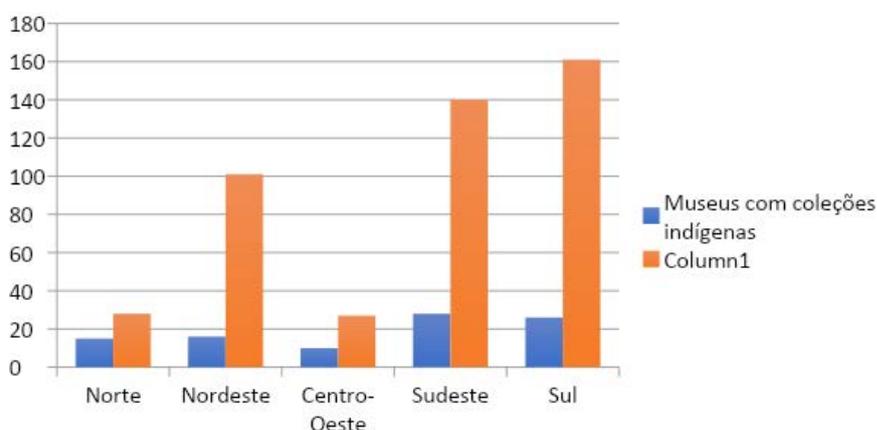
Como mencionado no início do artigo, nesta segunda parte, apresentamos alguns resultados e reflexões oriundos de uma pesquisa de pós-doutorado em Museologia que evidenciam o museu como “zona de contato” (CLIFFORD, 1997) e que revelam a necessidade do estabelecimento de uma prática curatorial atravessada pela perspectiva transcultural (*cross-cultural*), como apontou Christina Kreps (2003).

A pesquisa identificou o que Berta Ribeiro e Lucia van Velthem (1992) anunciavam desde os anos de 1990: que tais processos ultrapassam os limites das próprias coleções, transbordando as fronteiras dos museus, quando, em vários casos, há também uso político, estético e simbólico desses acervos pelos indígenas.

O estágio de pós-doutorado foi realizado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Marília Xavier Cury, entre 2018 e 2019, e analisou alguns processos museológicos “colaborativos” com povos indígenas. Entre outros objetivos, a pesquisa buscava compreender como se desenvolvem esses processos em museus “tradicionais” no Brasil, em busca de regularidades ou de elementos “classificatórios”.

A pesquisa empírica abordou oito museus, distribuídos nas cinco regiões do país. Partindo de pesquisa anterior (SANTOS; RUSSI, 2018) sobre coleções indígenas em museus de antropologia, baseada no “Guia dos Museus Brasileiros” (IBRAM, 2011a), quando tínhamos 3.118 museus, consideramos os cerca de 457 museus com coleções etnográficas ou classificados pelo guia de acordo com a tipologia Antropologia. Desse universo, 95 instituições mantêm coleções indígenas, o que significa que cerca de 21% dos acervos etnográficos no Brasil têm esse tipo de coleções (SANTOS; RUSSI, 2018). No Gráfico 1, apresentamos os dados organizados por região do país.

Gráfico 1 – Relação entre quantitativo de museus de antropologia ou com coleções etnográficas e quantitativo de museus com coleções indígenas por região no país



Fonte: Elaboração própria com base em IBRAM (2011a).

Para a pesquisa do pós-doutorado, foram coletados dados predominantemente de forma remota, por meio de: dois formulários elaborados no Google Forms, análise do *site* da instituição e algumas entrevistas. Dos oito museus pesquisados (Quadro 1), dois contaram com visita técnica. Interessava compreender como instituições de médio ou grande porte, considerando o tamanho de seus acervos, relacionam-se com os povos indígenas e em que medida esses povos participam dos processos museológicos dessas instituições.

Quadro 1 – Museus pesquisados por Região do país e Unidade da Federação.

Regiões do país	Unidade da Federação	Museu pesquisado
Norte	Amazônia	Museu Amazônico
	Pará	Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG)
Nordeste	Pernambuco	Museu do Estado de Pernambuco (MEPE)
Centro Oeste	Goiás	Museu Antropológico
	Mato Grosso do Sul	Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB)
Sudeste	São Paulo	Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre (MHPIV)
	Rio de Janeiro	Museu do Índio
Sul	Santa Catarina	Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE)

Fonte: *Elaboração própria.*

Pelo menos metade dessas instituições são museus universitários, sendo que três são vinculados a universidades

federais – Museu Amazônico, no município de Manaus/UFAM; Museu Antropológico, na cidade de Goiânia/UFGO; MARquE, em Florianópolis/UFCS. O MCDB, localizado em Campo Grande, é vinculado à Universidade Católica Dom Bosco, instituição particular. Isso nos leva a questionar se a descolonização, posta em marcha nos processos museológicos desses museus decorreria, em parte, da própria natureza acadêmica dessas instituições e do perfil de seus profissionais.

Sobre a natureza administrativa, apenas um museu é privado (12,5%), sendo os demais de administração pública. Entre estes, cinco são federais, o que representa 62,5% do total, e dois são estaduais, perfazendo 25%. A pesquisa não envolveu museus municipais, os quais representam a maioria dos museus no país¹¹.

Com exceção do MHPIV (estadual, localizado na cidade de Tupã, a 450 km da cidade de São Paulo, no oeste do estado) todos os demais museus estão em capitais.

Esses museus foram concebidos há muito tempo. Se considerarmos o ano de criação, o MPEG é o mais antigo, tendo sido criado ainda no século XIX, em 1866, tendo hoje mais de 150 anos. Todos os demais foram abertos no século XX, sendo um museu aberto ainda nas primeiras décadas do século passado – o MEPE foi inaugurado em 1929. A maioria dos museus pesquisados (5) foram abertos entre os anos de 1950 e 1970. Apenas o Museu Amazônico foi inaugurado no início dos anos de 1990. Com exceção deste, todas as demais instituições analisadas têm mais de 10 mil bens musealizados e muitas delas possuem mais de 3 mil artefatos indígenas em seus acervos. No caso do MPEG, por exemplo, o acervo indígena tem cerca de 15 mil artefatos relacionados a 120 povos indígenas e o Museu do Índio, do Rio de Janeiro, conta com cerca de 20 mil artefatos, oriundos de 150 povos indígenas.

11 - A Pesquisa Anual de Museus de 2014 – PAM, 2014 (IBRAM, 2014) congregou informações de 993 museus. Destes, foram identificadas 374 instituições municipais o que representava 37,7% do total dos museus pesquisados. Se considerarmos os dados do Cadastro Nacional de Museus de 2010, publicado no volume 1 de “Museus em Números” (IBRAM, 2011b), do universo de 3.035 museus registrados à época, tínhamos o seguinte panorama em relação à natureza administrativa dos museus no Brasil: 41,1% de museus municipais, 14,3% estaduais, 11,8% federais, 10,8% de outras naturezas, 9,8% de associações, 6,9% de fundações, 3,7% de empresas e 1,7% de sociedade.

O Quadro 2 apresenta os dados gerais coletados em cada museu, por meio do Formulário 1 – “Ficha do Museu”:

Quadro 2 – Dados gerais dos museus pesquisados.

Museu	Ano criação	Natureza adm.	Área ocupada	Tipologia acervo	Total de bens musealizados	Acervo indígena	Grupos “representados” (destaque aos 5 povos indígenas mais “representados”)
REGIÃO NORTE							
Museu Amazônico	1991	Público federal/ museu universitário	+ 2.000 m ²	Antropologia Arqueologia História	501 a 3 mil	até 500	Ticuna, Baniwa, Sateré-Mawé, Olmagra etc.
MPEG	1866	Público federal	+ 2.000 m ²	Antropologia Arqueologia Ciências naturais Obras raras	+ 30 mil	15 mil	120 povos da Amazônia Kayapo-Mebêngôkre, Canela Ramkokamekra, Tiriyó, Karaja, Ticuna
REGIÃO NORDESTE							
MEPE	1929	Público estadual	+ 2.000 m ²	Antropologia Arqueologia Artes visuais História Imagem/som Numismática	10 a 30 mil	3 a 10 mil	54 povos Ticuna, Urubu Kaapor, Karaja, Palikur, Gorotire
REGIÃO CENTRO-OESTE							
Museu Antropológico da UFG	1969	Público federal/ museu universitário	*	Antropologia Arqueologia	+ 30 mil	3 a 10 mil	Karaja**
MCDB	1951	Privada/ museu universitário	+ 2.000 m ²	Antropologia Arqueologia Ciências naturais	+ 30 mil	3 a 10 mil	Bororo, Xavante, Karajá, Povos rio Uaupes, Povos Mato Grosso Sul
REGIÃO SUDESTE							
Museu do Índio – FUNAI	1953	Público federal	+ 2.000 m ²	Antropologia	10 a 30 mil	20 mil	150 povos
MHPIV	1966	Público estadual	1.001 – 2000 m ²	Antropologia e etnografia Arqueologia História	+ 30 mil	501 a 3 mil	Kaingang, Guarani, Karajá, Guajajara, Terena

REGIÃO SUL							
MARQUE	1965	Público federal/ universitário	+ 2.000 m ²	Antropologia Arqueologia	+ 30 mil	501-3.000	Guarani, Kaingang, Laklano-Xokleng
* Informação não obtida. ** Informação não obtida pelo formulário. A referência ao povo Karajá foi coletada nas duas entrevistas realizadas com profissionais deste museu.							

Fonte: Elaboração própria.

O quantitativo de bens musealizados foi um aspecto importante para a pesquisa, pois a questão que se tinha inicialmente era se museus com acervos muito numerosos, ou seja, museus de médio e grande porte conseguiam desenvolver atividades colaborativas com indígenas. Assim, considerando o total de bens musealizados, sete casos investigados têm acervos com mais de 10.000 bens musealizados e, por isso, são considerados museus de grande porte. Um dos casos (Museu Amazônico) tem entre 501 a 3.000 bens musealizados, sendo, portanto, considerado um museu de médio porte¹².

Nesse sentido, em relação ao total de acervo indígena, se o Museu Amazônico é o museu mais jovem, é também o que tem o menor acervo indígena, com até 500 bens musealizados. Uma observação importante é que selecionamos os museus (médio ou grande porte) pelo total de bens musealizados e não pelo quantitativo de bens indígenas no seu acervo. Em relação aos acervos indígenas, os demais museus pesquisados possuem a seguinte quantidade de bens culturais indígenas musealizados: 2 possuem entre 501 a 3.000 bens; 3 têm entre 3.001 a 10.000; e os 2 maiores em quantitativo de bens culturais indígenas musealizados são: o Museu Paraense Emilio Goeldi e o Museu do Índio, cada qual possui entre 10.001 a 30.000 objetos musealizados.

12 - No Brasil, conforme dados da PAM 2014 (IBRAM, 2014), predominam as instituições que têm entre 501 a 3.000 bens, as quais representam 30,3% do total das instituições. Em nossa pesquisa, instituições com esse quantitativo de acervo foram consideradas de médio porte, assim como aquelas que possuem entre 3.001 a 10.000 bens - estas são consideradas pela PAM (IBRAM, 2014) como de médio porte, representando 12,1% do total de instituições nacionais. Instituições que têm entre 10.001 a 30.000 ou mais de 30.000 bens culturais musealizados, conforme a PAM, representam apenas 3% das instituições e são consideradas de grande porte. Essas foram as principais categorias sobre quantitativo de bens culturais museológicos que identificamos no levantamento empírico.

Como essas instituições, já bastante consolidadas, têm, nas últimas duas décadas, descolonizado seus acervos? Como os povos indígenas têm efetivamente participado das diferentes etapas do processo museológico e em que medida a “indigenização” desses museus também afeta esses processos e a própria instituição?

Dos processos museológicos e da participação indígena

Em boa parte dos museus analisados, a participação indígena ocorre em diferentes momentos e vai da coleta e formação do acervo, passando pela documentação destes e acesso (ou seja – acesso às reservas técnicas), curadoria de exposições –, tendo muitas e variadas possibilidades e formatos de participação. Em alguns casos, os povos indígenas também contribuem na elaboração de produtos (por exemplo, catálogos de exposições) e nas ações educativas.

De acordo com Bruno (2008), os processos museológicos são compreendidos como uma cadeia operatória de procedimentos técnicos e científicos, interdisciplinares e multiprofissionais. Para a autora, integram essa cadeia a coleta dos objetos, procedimentos de salvaguarda (documentação e conservação) e processos curatoriais de comunicação (exposições e ação educativa). Assim, a partir das respostas das instituições, foi possível sistematizar os diferentes tipos de atividade que o museu realiza com a participação dos indígenas, conforme sistematizado no quadro a seguir. No Quadro 3, em azul, destacamos as atividades desenvolvidas com indígenas.

Quadro 3 – Tipo de atividade realizada com a participação dos povos indígenas.

Processo museológico (tipo de atividade)	Museu Amazônico	MPEG	MEPE	Museu Antropológico	MCDB	Museu Índio	MHPIV	MArquE
Formação acervo								
Documentação acervo								
Exposições								
Produtos								
Ação educativa								
Acesso à coleção								

Fonte: Elaboração própria.

Embora o MEPE e o Museu Amazônico não tenham nenhum processo museológico assinalado no Quadro 3, tanto em um, quanto no outro tivemos notícias de iniciativas com povos indígenas. No caso do MEPE, há muito tempo, as ações colaborativas com indígenas decorrem, sobretudo, do trabalho do antropólogo e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Renato Athias. Implicado há décadas nos estudos de povos indígenas, Athias tem desenvolvido relevante papel para tornar acessível a Coleção Carlos Estevão. Aqui relatamos menos o que nos chegou através da pesquisa com o MEPE e mais por contatos diretos com o antropólogo (como seu depoimento oral à autora e apresentações em eventos científicos), bem como por sua produção bibliográfica, relatando essa iniciativa. Alguns textos relatam essa experiência, como em Athias e Rodrigues (2018), Athias (2019). A ação de tornar

acessível tal coleção inclui: acesso à documentação e à reserva técnica a representantes indígenas; a requalificação da coleção e sua disponibilização *on-line* – iniciativa denominada “repatriação virtual” – entre outras das quais participam indígenas.

A digitalização da Coleção Carlos Estevão¹³ tornou acessível artefatos referentes a 59 povos indígenas. Essa iniciativa integra também alunos de graduação e orientandos de pós-graduação. Por outro lado, embora envolva de forma ativa os indígenas, não há registros sobre a participação efetiva de profissionais do próprio museu, embora alguns deles reconheçam sua importância e a necessidade da implementação de práticas decoloniais de forma institucionalizada.

No caso do Museu Amazônico (MA), embora nos últimos anos tenham ocorrido experiências envolvendo povos indígenas, estas foram esparsas e desarticuladas entre si e dependiam de iniciativas pontuais de profissionais do próprio museu ou de professores/pesquisadores universitários. Um exemplo disso foi a exposição do povo Tukuna (Tikuna ou Magüta), denominada Ticuna em dois tempos, em cartaz em 2013 nesse museu e montada em 2012 no MARquE. Mais recentemente, em 2020, tivemos notícias de uma ação inédita, quando o MA promoveu um edital público contemplando a iniciativa de uma exposição com curadoria coletiva indígena. A exposição *Makú Tá Muraki: a arte Baré fazendo intercâmbio com o presente* ficou em cartaz por alguns meses em 2020 e fez emergir várias questões relacionadas à complexidade das práticas colaborativas¹⁴.

O Museu Amazônico e o MEPE são casos em que as próprias instituições reconhecem a importância do acesso e do trabalho articulado com povos indígenas, embora ainda não tenham

13 - A coleção está disponível em: <https://www.museudoestadope.com.br/colecao/Cole%C3%A7%C3%A3o-Carlos-Estev%C3%A3o>. Acesso em: 12 jul. 2022.

14 - Relato sobre essa experiência foi organizado por Lilian Oliveira et al. (2022) sob o título “Exposição Makú Tá Muraki: a arte Baré fazendo intercâmbio com o presente – reflexões sobre uma curadoria compartilhada com povos indígenas no Museu Amazônico/UFAM”.

conseguido torná-las práticas institucionais. No caso do MA, a implementação de um edital voltado aos povos indígenas sinaliza um passo em direção a mudanças nesse sentido.

O Museu do Índio, idealizado por Darcy Ribeiro, foi criado em 1953 ainda na época do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). É um órgão vinculado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que esteve até janeiro de 2019 subordinado ao Ministério da Justiça. Desde então, foi transferido para o recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Tem como principal objetivo conscientizar sobre a contemporaneidade das culturas indígenas que vivem hoje no país. Além de seu expressivo acervo indígena, o museu desenvolve diferentes projetos, vários deles com a participação indígena desde sua fundação. Seu acervo é constituído por coleção etnográfico, audiovisual, textual e catálogos e outros materiais especializados sobre os povos indígenas que vivem no Brasil. Infelizmente, durante o período da pesquisa o museu estava fechado para visita do público. Assim, parte do relato remete ao *site* institucional acessado à época da pesquisa e a textos como Abreu e Russi (2018).

Na época da pesquisa o *site* do museu¹⁵ era bastante completo e fornecia diferentes informações como seu histórico e objetivos, material voltado à pesquisa, ao setor educativo, informações úteis para visitação, projetos e parcerias. Era possível localizar informações sobre diferentes ações que o museu realizava em conjunto com diversos povos indígenas em todo o território nacional e que incluía pesquisa, formação de acervo, desenvolvimento de exposições e outras atividades. Entre elas destaque para o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas que abriga ações de ampliação do acervo do próprio museu, de registro

15 - Em recente consulta, o referido site (*Website*: <http://www.museudoindio.gov.br>) remetia a outros sítios dificultando o acesso às informações. Por exemplo, o acervo do museu está disponível em: <http://tainacan.museudoindio.gov.br/>. A base de dados do museu está em: <http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>. Sobre o Projeto de Documentação das Línguas Indígenas do qual o Museu do Índio participa ativamente ver: <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/>

de documentação de acervos indígenas e de documentação das línguas e das culturas indígenas. Outras iniciativas como “Índio no Museu” ocorriam através de projetos de exposições temporárias que envolviam diretamente os povos indígenas.

Como apontam Abreu e Russi (2018, p. 247) para Darcy Ribeiro o objetivo do museu era ser instrumento de luta e combate aos preconceitos que os povos indígenas sofriam e sofrem no país. Apesar de continuar fechado ao público até o momento, o museu continua vivo e coloca em prática um conjunto de atividades para cumprir esse e outros objetivos.

A partir do Quadro 3, podemos afirmar que as atividades mais realizadas com os indígenas são: documentação do acervo, exposições e elaboração de produtos (catálogos, *folders*, material audiovisual, cartilhas, etc.). O acesso à coleção ainda não ocorre no Museu das Culturas Dom Bosco. No Museu Goeldi, a formação de acervo e a ação educativa ainda envolvem pouco a participação indígena.

Outro aspecto que interessava compreender dizia respeito à frequência com que o museu desenvolve atividades com a efetiva participação de povos indígenas. A primeira parte da questão indagava se as atividades eram frequentes ou não e incluía a alternativa “outro” para preenchimento livre. Das seis instituições que reconhecem que desenvolvem ações diretamente com povos indígenas, quatro delas afirmaram que estas são frequentes. Para a maioria desses casos, algumas dessas ações ocorrem diariamente.

Duas instituições assinalaram o item “outro”. Em um dos casos se fez distinção entre as atividades que ocorrem com frequência (ações educativas) e as que não são frequentes (formação e documentação de acervo, exposições e produtos). No outro caso, a observação revelava que a frequência dependia do tipo de iniciativa ou projeto.

Uma das últimas questões buscava investigar a temporalidade em que as ações envolvendo indígenas ocorrem nos museus pesquisados. Interessava, assim, compreender há quanto tempo essas instituições incluem a participação indígena em seus processos. Das seis instituições, a maioria (5) afirmou que as ações com indígenas ocorrem há mais de 10 anos. Apenas uma indicou que esse tipo de atividade iniciou há pouco mais de 5 anos.

Numa das fases da pesquisa, duas instituições foram visitadas in loco – um museu na região Sudeste – MHPIV e outro na região Sul – MARquE. Relatos sobre aspectos dos processos museológicos com povos indígenas observados nesses casos foram brevemente descritos por Russi e Abreu (2019), tendo sido observadas diferentes ações com indígenas.

No Museu Índia Vanuíre, por exemplo, o trabalho sistemático de mais de uma década tem viabilizado um diálogo intenso com os indígenas – Kaingang, Krenak e Guarani Nhandeva – que vivem em terras indígenas na região oeste do Estado de São Paulo, onde se localiza o museu. Entre as muitas ações em parceria com os indígenas, por exemplo, em 2018 estava em cartaz a exposição autonarrativa *Fortalecimento da Memória Tradicional Kaingang: de geração em geração*, que tinha, entre outros objetivos, valorizar e fortalecer a memória sobre a prática cerâmica. Coube à equipe do museu o apoio técnico para sua viabilização. Em diferentes circunstâncias, a equipe do museu tem viabilizado que os próprios indígenas sejam os enunciadores de suas trajetórias através de exposições autonarrativas ou de curadorias colaborativas com produções textuais e legendas dos próprios indígenas. Muito desse trabalho vem sendo reportado em diferentes eventos e publicações, como de seus produtores (OLIVEIRA; LIMA; OLIVEIRA, 2020) e de indígenas que delas participam (CAMPOS, 2020), ou ainda de Marília X. Cury (2012). Nesse sentido, o MHPIV tem

colocado em prática há mais de uma década o que Cury registrou em 2012, reafirmando:

[...] a ideia de patrimônio e musealização como conceitos que se constroem contemporaneamente na esfera coletiva, o que equivale a dizer que as distâncias semânticas entre os contextos da vida coletiva e museu devem ser enfrentadas e incorporadas ao processo de discussão sobre eficácia comunicacional e política de formação de coleções. (CURY, 2012, p. 49).

Por sua vez, desde os anos 1990, o MARquE faz um intercâmbio de artefatos do museu para as aldeias e vice-versa. Embora isso ocorra há bastante tempo, profissionais do museu reconhecem que essa relação se intensificou e ganhou novos contornos há cerca de uma década, a partir de experiências expositivas. Uma delas já citamos anteriormente. A outra foi uma exposição recente, em cartaz no museu entre 2017 e 2018 – *Tecendo saberes pelos caminhos Guarani, Kaingang e Laklanô-Xokleng*.

Tendo surgido no âmbito da licenciatura intercultural que a universidade promove para jovens professores indígenas, essa experiência ultrapassou as fronteiras do museu, ao estabelecer um profícuo debate entre esses professores indígenas e suas comunidades de origem, numa troca com a equipe do museu. A partir dessa troca, chegaram à ideia de fazer uma exposição capaz de fomentar o uso de saberes e práticas tradicionais que seriam incorporados em materiais didáticos. A exposição visava também dar visibilidade para esses estudantes, jovens indígenas, e desmitificar suas culturas entre o público universitário. A exposição foi concebida em cada uma das línguas indígenas: guarani, kaingang e laklanô-xokleng e em português.

Depoimento coletado entre um dos profissionais do MARquE revelou sentimentos ambíguos em relação ao desenvolvimento

dessa exposição. Por um lado, alegria com o aprendizado que os profissionais do museu tiveram com os indígenas ao longo do processo curatorial e expográfico. Por outro, por se tratar de um museu universitário e público, angústia em lidar com algumas burocracias da universidade impostas a essa experiência bem como certo sofrimento em se conformar com as amarras impostas pelo uso de recursos públicos face as demandas dos indígenas.

No Museu Goeldi, muito há de museologia compartilhada em suas ações com os indígenas. Além de exposições com curadoria compartilhada, um trabalho sistemático feito há anos é o da abertura da reserva técnica para visita, pesquisa e diálogo com diversos povos indígenas. Nessas ocasiões, os indígenas observam os objetos do acervo com especial atenção àqueles que não confeccionam mais na atualidade. Além disso, eles contribuem na documentação sobre as peças, sugerem formas de armazenamento e exigem certos cuidados, especialmente com relação aos objetos rituais. Diferentes aspectos dessas experiências foram relatados, como por exemplo, no texto de López Garcés *et al.* (2017) que versa sobre um projeto colaborativo com os Ka'apor.

Há outras iniciativas, como o projeto Museus da Amazônia em Rede (MAR), um trabalho de articulação do acervo dessa com outras instituições no exterior que mantêm acervos indígenas de povos localizados na Amazônia oriental – Brasil, Guiana Francesa e Suriname (VELTHEM; KUKAWKA; JOANNY, 2017). Outras tantas iniciativas de pesquisa e trabalho dialógico com os indígenas faz parte do cotidiano de diversos profissionais do museu.

No caso do Museu Antropológico, muito poderia se dizer sobre seu diálogo intercultural com povos indígenas, trabalho que vem de longa data. Nesse sentido, um destaque especial é aquele da parceria entre o Museu e seus profissionais com o povo Karajá, que culminou, em 2012, na patrimonialização das bonecas Karajá como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Ainda sobre o Museu Antropológico há um conjunto de ações de pesquisa, documentação, oficinas e outras que se construíram por mais de uma década num formato de colaboração entre o museu, seus profissionais, a universidade e o povo Karajá, firmando o compromisso com uma prática decolonial (WICHERS, 2019). Entre elas é possível registrar o trabalho de pesquisa relacionado à Coleção Lipkind do Museu Nacional/RJ, realizada antes do trágico incêndio, e minuciosamente descrito no artigo de Lima Filho et al (2019), bem como o conjunto de oficinas ou as 'pedagogias do patrimônio' com o povo Karajá relatadas por Lima e Leitão (2019) em *Patrimônio cultural Iny-Karajá e política de salvaguarda: diálogo intercultural e trabalho compartilhado*.

Fica evidente nesses textos como nos depoimentos de colegas do Museu Antropológico, que o trabalho compartilhado com os indígenas ultrapassa as fronteiras do museu ao valorizar as trocas. Ancoradas em princípios éticos, essas experiências são atravessadas por afetos e sentimentos de respeito, confiança mútua e amizade.

Algumas reflexões

A partir dos casos analisados a pesquisa revelou alguns aspectos dos processos museológicos que envolvem indígenas. Diferentes entre si por razões e circunstâncias diversas, de modo geral são norteados por princípios éticos mais simétricos e dialógicos, remetendo a ações duradouras, muitas iniciadas em meados dos anos de 1990. É interessante registrar o protagonismo das mulheres (antropólogas e museólogas) que são maioria em vários desses casos.

A partir de relatos de antropólogos(as), museólogos(as), indígenas e considerando também experiência de curadoria

e montagem de exposições com o povo Xavante, vivenciada no final dos anos de 1990, percebe-se que alguns desses processos se configuravam como ações que hoje qualificamos como “participativas” ou “colaborativas”, embora esses termos não fossem usados à época quando muitos desses trabalhos de interlocução com os povos indígenas se delineavam. O relato dos entrevistados não escondeu as clivagens de poder entre os diferentes sujeitos envolvidos nesses casos, revelando o museu como lugar de diferentes disputas. Porém, evidenciaram o esforço para fomentar cada vez mais uma abertura e escuta ativa para a participação indígena.

Ao que tudo indica, muitas dessas iniciativas se iniciaram no Brasil de forma individual e quase “intuitiva” nos anos 1990. A literatura publicada sobre a temática “acervos etnográficos e povos indígenas no Brasil”, contudo, parece não registrar os primórdios daquilo que seriam as primeiras experiências brasileiras que se delinearam como práticas participativas naquele momento. Isso nos leva a uma ideia equivocada de que a descolonização dos acervos etnográficos com o envolvimento e participação dos povos indígenas teria ocorrido num primeiro momento em países como os EUA, o Canadá, a Austrália ou Nova Zelândia para anos depois ser experimentada no Brasil. Por um lado, talvez esse engano decorra, em parte, pela predominância de uma literatura em inglês, publicada no final da década de 1990 por antropólogos, como os já citados James Clifford (1997) ou Michel Ames (1990). Por outro, a própria ausência de uma literatura em língua portuguesa poderia contribuir para reforçar isso.

Considerações finais

Como vimos, os museus estudados envolvem participação indígena numa ou mais etapas da cadeia operatória museológica. Um resultado importante revelou que a maior parte desses museus têm reconfigurado alguns de seus processos museológicos a partir da atuação indígena, o que certos autores nomeiam de “indigenização” dos museus, ou seja, as reverberações da presença indígena nos museus vêm provocando mudanças nessas instituições.

A despeito das muitas diferenças entre os casos, foi possível sistematizar no quadro a seguir algumas similaridades, colocando em evidência elementos que Ribeiro e Velthem (1992) vislumbraram:

Quadro 4 – Similaridade dos casos

Similaridade dos casos

1. Temporalidade – o trabalho com povos indígenas acontece há uma década viabilizando uma relação de confiança entre as partes;
2. Acesso – a importância dos povos indígenas acessarem o acervo e conhecerem os artefatos produzidos por seus “ancestrais”;
3. Significados – o acesso às coleções assume múltiplos e diversos sentidos, como político, simbólico, estético entre outros.

Fonte: Elaboração própria.

Ao que parece, a análise desses casos, articulada à literatura e ao contexto contemporâneo das relações entre museus de antropologia e povos indígenas, sugere que a virada epistemológica decolonial se situa, entre outros aspectos, na questão da ética e da representação. Se antes tínhamos práticas de representação do outro, notamos cada vez mais iniciativas que, ao envolverem “os outros”, reconfiguram-se em processos dialógicos que visam

relações mais simétricas ancoradas em ações colaborativas.

Outras práticas se abrem para que os povos indígenas falem por si, como no caso das inúmeras exposições autonarrativas que vemos Brasil afora. Os indígenas deixaram de ser objeto de pesquisa, passando a ocupar lugar como sujeitos e importantes interlocutores nos processos museais. Muitos são os aspectos a destacar:

1. embora seja possível reconhecer muitos avanços, a formação de acervos com a participação indígena ainda é pouco frequente no Brasil;
2. as iniciativas, em geral, decorrem da ação de profissionais dos museus, pesquisadores ou dos próprios indígenas. Poucos casos têm institucionalizado a prática dialógica como política institucional, o que se mostra frágil com o decorrer do tempo;
3. nota-se influência da Política Nacional de Museus (BRASIL, 2003), mas ainda faltam pesquisas (Ex.: Em que medida o Plano Nacional Setorial de Museus de Arqueologia e Antropologia alcançou seus objetivos?);
4. a temática “povos indígenas nos museus” aponta, entre outras questões, para o protagonismo indígena e a “indigenização dos museus”, processo no qual os museus também aprendem com os indígenas;
5. no Brasil, há muitas experiências com os povos indígenas, seria importante termos pesquisas com abordagem panorâmica, que conseguissem fazer um mapeamento de práticas colaborativas.

Os casos pesquisados revelam que as experiências estão atreladas aos “agentes”, aos contextos e às circunstâncias institucionais de cada uma delas. Parece que nesta última década as

aproximações entre os museus e os povos indígenas dependeram, em parte, da qualidade e intensidade das relações que esses “agentes” estabeleceram com os grupos indígenas associados às suas coleções.

Entretanto, se não nos foi possível uma classificação desses processos museológicos, observamos nos museus visitados dois distintos “tipos” de mediação com os povos indígenas quando analisamos a categoria “exposições” na cadeia operatória museal. Assim, percebemos que em um deles, o processo está “a serviço” dos grupos indígenas, fornecendo conhecimento técnico ou apoio para o atendimento de demandas desses grupos ou de demandas indígenas que, em certa medida, foram “suscitadas” pelos museus. Poderíamos dizer que nesse “tipo” de processo, os indígenas “falam através” do museu. No outro, o processo “decorre” do encontro ou “se dá” no encontro entre os profissionais do museu e os membros das comunidades indígenas. Nesse “tipo” de processo, poderíamos afirmar que os indígenas “falam com” o museu. Em ambos, um elemento forte da relação do museu com os povos indígenas está assentado na confiança construída entre eles ao longo do tempo. São dois caminhos diversos, possíveis e profícuos de abertura dos museus ao protagonismo indígena em práticas curatoriais dialógicas, muitos outros formatos vêm sendo desenvolvidos, o que convida a novas pesquisas e/ou ao aprofundamento deste trabalho.

Para encerrar, destacam-se quatro pontos que se mostram relevantes quando se trata de transformações nos processos dos museus com coleções indígenas no Brasil. Primeiro, é preciso reconhecer os avanços que diferentes museus com coleções etnográficas no Brasil alcançaram em suas relações com povos indígenas, apesar das dificuldades que enfrentam (falta de recursos financeiros, tempo institucional diferente do tempo dos povos indígenas, equipes reduzidas, incompreensão de certas ações por profissionais do museu não envolvidos no processo etc.).

O segundo ponto tem relação aos inúmeros casos e formas de colaboração. Aqui, chamo a atenção para o termo “parceria”, muito usado em vários desses casos, e “participação” que, por vezes, encobre uma miríade de possibilidades e características.

A terceira questão é: apesar da PNM, do Plano Nacional Setorial e do código de ética do ICOM – apenas para ficar em alguns documentos que balizam o trabalho nos museus –, ainda é difícil encontrar uma instituição que estabeleça em sua política institucional uma prática relacional mais dialógica e simétrica com os povos indígenas. Muitas das experiências que observamos decorrem do trabalho de pessoas – de um antropólogo, uma antropóloga, uma profissional de museu, às vezes de uma equipe do museu –, mas que ainda não está registrado como política institucional reconhecendo a importância desses povos nos processos museológicos que envolvem as centenas de coleções no Brasil.

Alicerçadas no questionamento de antigos paradigmas, as experiências estudadas, se abrem a exercícios dialógicos com os povos indígenas. Contudo, outras instituições, incluindo aí recém inauguradas ou re-inauguradas, paradoxalmente, promovem “silenciamentos” e “higienizações” como critica Sally Price (2016).

Por fim, voltando ao levantamento de Dorta (1992), que abriu este artigo, é oportuno registrar que a Associação Brasileira de Antropologia, através de seu Comitê de Patrimônios e Museus¹⁶, lançou-se no difícil desafio de mapear as coleções etnográficas no Brasil. Entre seus objetivos, destaca-se um trabalho que busca motivar as aproximações entre povos indígenas, museus e suas coleções a partir da localização destas e de sua sumária identificação. Mas isso é assunto para outro artigo.

16 - Sobre o “Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil”, ver: <https://patrimoniocultural.uff.br/mapeamento-das-colecoes-etnograficas-no-brasil/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Referências

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamentos: antropofagia dos sentidos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 31, p. 100-125, 2005.

ABREU, Regina; RUSSI, Adriana. Cartografia dos museus de antropologia no Brasil: onde o outro nos habita. *In*: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de. **Anais 2002 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília, 2018. p. 232-268.

ALVES, Vânia Maria Siqueira; REIS, Maria Amélia Gomes de Souza. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/253/220>. Acesso em: 20 jan. 2022.

AMES, Michael McClean. Cultural empowerment and museum: opening up anthropology through collaboration. *In*: PEARCE, Susan (ed.). **News research in museum studies: objects of knowledge**. London: Athlone Press, 1990. v. 1. p. 158-173.

ATHIAS, Renato; RODRIGUES, Rafael de Oliveira. **Povos indígenas, processos colaborativos e repatriação virtual**: notas sobre a Coleção Carlos Estevão do Museu do Estado de Pernambuco – entrevista com o Prof. Dr. Renato Athias (UFPE). Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189104>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ATHIAS, Renato. Entre máscaras, maracás, imagens e objetos xamânicos em museus. *In*: PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manoel (org.). **Coleções étnicas e museologia compartilhada**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p. 165-192.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BESSA FREIRE, José Ribamar. A descoberta do museu pelos índios. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 217-253.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Bases para a Política Nacional de Museus: memória e cidadania.** Brasília, DF, 2003.

BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Cresot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 267-295, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jan. 2022.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *In: JULIÃO, Leticia; BITTENCOURT, José Neves (org.). Caderno de diretrizes museológicas: mediação em museus – curadorias, exposições.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2008. v. 2. p. 16-25. Disponível em: https://identidadememoria.files.wordpress.com/2012/06/1caderno_diretrizes_museologicas_2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

CAMPOS, José da Silva Barbosa. A exposição Fortalecimento da memória tradicional Kaingang – de geração em geração. *In: CURY, Marília Xavier (org.). Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações.* São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Museu Índia Vanuïre, 2020. p. 89-97. Disponível em: <https://museuindiavanuire.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EPQIM1-2020.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CLIFFORD, James. Museums as contact zone. *In: CLIFFORD, James. Routes: travel and translation in the late twentieth century.* Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 188-129.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. Trad. Alexandre Barbosa de Souza, Valquíria Prates. **Periódico Permanente**,

n. 6, 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/museus-como-zonas-de-contato?-searchterm=james+clifford>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CURY, Marília X. Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: a experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, p. 49-76, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12345>. Acesso em: 19 fev. 2022.

CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas: saberes e ética – novos paradigmas em debate**. São Paulo: USP; Brodowski: MAE, 2016a.

CURY, Marília Xavier (org.). **Direitos indígenas no museu: novos procedimentos para uma nova política – a gestão de acervos em discussão**. São Paulo: USP; Brodowski: MAE, 2016b.

CURY, Marília Xavier (org.). **Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações**. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuíre, 2020. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CURY, Marília Xavier. As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena: percurso documental, requalificação e colaboração. **Anais do Museu Paulista**, v. 29, p. 1-39, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/172430>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução de Bruno Brulon e Marília Cury. São Paulo: Comitê Brasileiros do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: SECULT, 2013. p. 62-63.

DORTA, Sonia Ferraro. Coleções etnográficas: 1650-1955. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Companhia das Letras, 1992. p. 501-528.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgp-mus/article/view/248> Acesso em: 20 jan. 2022.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; ROCHA, Bárbara Freire. Presença Karajá: biografias e biofilia em uma investigação sobre cultura material. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, p. 293-307, 2021.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. **Mil peças**: coleções Ticuna do Museu Nacional no contexto da Antropologia (século XX e XXI). 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2018.

FRANÇOZO, M.; BROEKHOVE, L. Dossiê “Patrimônio indígena e coleções etnográficas”. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 709-711, set./dez. 2017.

GARCÉS, Claudia Leonor López *et al.* Conversações desassossegadas: diálogos sobre coleções etnográficas com o povo indígena Ka’apor. *In*: FRANÇOZO, M.; BROEKHOVE, L. Dossiê “Patrimônio indígena e coleções etnográficas”. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 713-734, set./dez. 2017.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória**: um estudo antropológico. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GRUPIONI, Luis Donizete B. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. **Revista do MAE**, supl. 7, p. 21-33, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113491>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Guia dos museus brasileiros. Brasília, DF, 2011a.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números.** Brasília, DF, 2011b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Pesquisa Anual de Museus.** Cadastro Nacional de Museus. Brasília, DF, 2014.

KREPS, Christina F. **Liberating culture:** cross-cultural perspective on museums, curation and heritage preservation. London: Routledge, 2003.

LEITE, Pedro Pereira. A poética da intersubjetividade: a viagem como elemento catalisador da transitoriedade na museologia. Roteiro para o seminário de museologia, Assomada. **Repositório Científico Lusófona – Recil**, out. 2011. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/2968/1/A%20po%c3%a9ticadaintersubjetividade.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

LIMA, Leilane. A temática indígena em museus: questões sobre a diversidade cultural e os desafios para a colaboração indígena. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 19, p. 259-278, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34527/29983>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LIMA FILHO, Manuel; ATHIAS, Renato. Dos museus etnográficos às etnografias dos museus: o lugar da antropologia na contemporaneidade. In: RIAL, Carmen; SCHWADE, Elisete (org.). **Diálogos antropológicos contemporâneos.** Rio de Janeiro: ABA, 2016. p. 71- 83.

LIMA FILHO, Manuel; MORAIS, Marília Caetano Rodrigues; YABAGATA, Lucas; SILVA, Lucas Santana. Interculturalidade e saberes compartilhados: estudo da Coleção William Lipkind (1938- 1939) do Museu Nacional/ RJ. In: PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manuel. **Coleções étnicas e museologia compartilhada.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019, p. 133 – 164.

LIMA, Nei Clara; LEITÃO, Rosani Moreira. **Patrimônio cultural Iny-Karajá e política de salvaguarda**: diálogo intercultural e trabalho compartilhado. *In*: PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manuel. Coleções étnicas e museologia compartilhada. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019, p. 223 -260

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor *et al.* Conversações desassossegadas: diálogos sobre coleções etnográficas com o povo indígena Ka'apor. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 713-734, set./dez. 2017.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Museu Rondon**: antropologia e indigenismo na universidade da selva. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MAIRESSE, François. Décoloniser la muséologie? *In*: BERGERON, Yves; RIVET, Michèle (ed.). **The decolonisation of museology**: museums, mixing, and myths of origin. Paris: ICOM: ICOFOM, 2021, p. 155-159.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MURA, Claudia. A construção de uma "tradição de glória": técnicas expositivas e práticas discursivas dos frades capuchinhos no Museu dos Índios da Amazônia (Assis, Itália). *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. **De acervos coloniais aos museus indígenas**: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p.127-156.

NASCIMENTO JUNIOR, José; TRAMPE, Alan, SANTOS, Paula Assunção dos (org.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**. Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram: MinC: Programa Ibermuseos, 2012. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/10/publicacion-mesa-redonda-vol-i-pt-es-en.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. **De acervos coloniais aos museus indígenas**: formas de protago-

nismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

OLIVEIRA, Lilian Débora Lima de; TOMÁS, Ana Cláudia Martins; RUSSI, Adriana. Exposição Makú Tá Muraki: a arte Baré fazendo intercâmbio com o presente – reflexões sobre uma curadoria compartilhada com povos indígenas no Museu Amazônico/UFAM. 2022. No prelo.

OLIVEIRA, Andressa Anjos de; LIMA, Gessiara Goes de; OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa. A experiência do Museu Índia Vanuíre no processo da exposição autonarrativa com curadoria Kaingang Fortalecimento da memória tradicional Kaingang de geração em geração. *In*: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuíre, 2020, p. 116-122. Disponível em:** <https://repositorio.usp.br/directbitstream/aa7ae469-dd46-4585-a79b-db41a7b0a0c1/PPADB.132%20-%203064161.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, Diego Andres. **Mediação cultural. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 6-14.**

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. **A mediação cultural como categoria autônoma. Revista Informação & Informação, Londrina, v. 19, p. 1-22, 2014. Disponível em:** <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manoel (org.). **Coleções étnicas e museologia compartilhada. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.**

PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. *In*: PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. p. 23-38.**

PRICE, Sally. Higienização da cultura: poder e produção de ex-

posições museológicas. In: **LIMA FILHO**, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. Museu e atores sociais: perspectivas antropológicas. Recife: Editora da UFPE: ABA Publicações, 2016, p. 263-283.

QUIJUANO, Aníbal. Colonialidade de poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RIBEIRO, Berta G.; VELTHEM, Lucia H. van. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena. In: **CUNHA, Manuela Carneiro (org.)**. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Companhia das Letras, 1992. p. 103-112.

RIBEIRO, Berta. **Etnomuseologia**: da coleção à exposição. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 4, p. 189-201, 1994.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PJzW9Kd-N6DHSj5YvGBJJKpt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2022.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. "Museologia colaborativa": diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. **Horizonte Antropológico**, v. 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CPrCPbWpCJPY5KjhW7fFmCx/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RUSSI, Adriana; KIEFFER DØSSING, Astrid; ENDREFFY, Marcela. A mediação cultural no âmbito da educação patrimonial: coleções etnográficas em possíveis diálogos entre universidades, museus e os ameríndios Katxuyana. **Acesso Livre**, n. 6, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2015/09/adriana-russi.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

RUSSI, Adriana; CARNEIRO, Juliana. Políticas culturais, políticas de museus e os desafios que se delineiam aos museus de antropologia no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 9., 2018. **Anais [...]**, [s.l.: s.n.], 2018. p. 115-1129.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Gabriela Alves dos; RUSSI, Adriana. **Levantamento preliminar de experiências de museologia compartilhada com povos indígenas em museus de Antropologia e Etnografia no Brasil**. Relatório de Pesquisa CNPq. 2018.

SANTOS, Suzy. Museus indígenas e a construção de museologias afirmativas. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações**. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuíre, 2020. p. 174-190. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/464> . Acesso em: 20 jan. 2022.

THOMPSON, Analucia. Objetos indígenas: do artificial ao imaterial. **Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 258-281, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view-File/19179/15643>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Objets de mémoire: indiens, collections et musées au Brésil. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, n. 45, p. 133-149, 2003.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xYrSMkw9N7hnkyhxDkMY3gt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, K.; JOANNY, L. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Humanas, v. 12, p. 101-114, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xYWhW7jG9R87FwPMPshvxhb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Sobre a musealização de acervos Iny-Karajá: desafios e possibilidades para uma prática decolonial. **Habitus**, v. 17, n. 1, p. 53-76, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7258/4134>. Acesso em: 20 jan. 2022.